

**LEI Nº 2.382/2023**

*‘Da denominação de logradouro público que especifica’*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gerson Colodel, Prefeito Municipal, e de acordo com o que dispõe o artigo 69, IV da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica denominada Rua CLARA GOVATISKI, com início na Rua Professora Irene Colodel da Cruz e término em terras de José Francisco Govaski, bairro Jardim Paraíso neste município.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 20 de junho de 2023.

**GERSON COLODEL**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº. 031/2023

SÚMULA "Da denominação de  
logradouro público que  
especifica".

A Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, sanciono a seguinte.

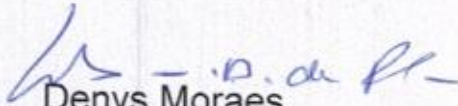
Lei:

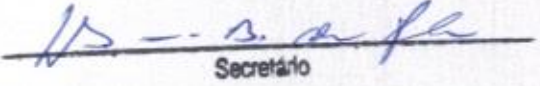
Art. 1º Fica denominada Rua CLARA GOVATISKI, com inicio na Rua Professora Irene Colodel da Cruz e termino em terras de José Francisco Govaski, bairro Jardim Paraíso neste município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2023

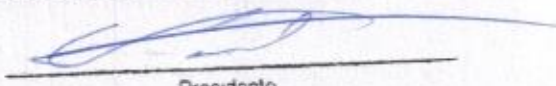
LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 25 / Abril / 2023

  
Denys Moraes  
Vereador

  
Secretário

APROVADO EM única DISCUSSÃO  
POR unanimidade  
SALA DAS SESSÕES 02 05 / 2023

APROVADO EM Redação final DISCUSSÃO  
POR dispensa  
SALA DAS SESSÕES 02 / 05 / 2023

  
Presidente

  
Presidente



SENHORES VEREADORES.

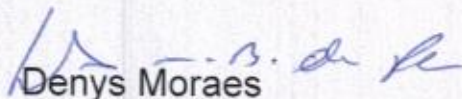
O presente Projeto de Lei é uma homenagem a Senhora Clara Govatiski, casada com o Senhor José Antônio Govatiski, deixou filhos, moradora deste município, muito contribui com a população da Região.

Justifica-se a NOMINAÇÃO da referida Rua com muitos anos de tráfego e com sérios problemas de localização dos CORREIOS, ligações de água pela Sanepar e ligação de luz pela Copel, na entrega de correspondências e afim de identificar logradouro público, conforme mapa em anexo.

É a Justificativa.

Senhor Presidente,

Sala das Sessões, 17 de abril de 202.

  
Denys Moraes

Vereador



DENYS

ATESTADO DE ÓBITO DE CLARA GOVATISKI

INICIO RUA PROF IRENE COLODEL DA CRUZ

TERMINO TERRENO JOSÉ FRANCISCO GOWASKI

~~DARE~~ 99948.7561 =  
ANA - 99914-2074F

LEI 8

PROJETO DE LEI 031/2023

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO

Comarca

Distrito

Município

REGISTRO



*Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto*

OFICIAL VITALÍCIO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS, E ESCRIVÃO DE PAZ DO  
1.º OFÍCIO DESTES DISTRITO DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ,  
"PRIVATIVO DO REGISTRO DE EMANCIPOÇÕES, INTERDIÇÕES, AUSÊNCIAS E SENTENÇAS DE DIVÓRCIO."  
ALAMEDA DR. MURICI, 1009 - FONE, 232-2765 - ESQUINA DA AUGUSTO STELLFELD

**ÓBITO N. 3219**

CERTIFICO, que às fls. 276 x:x:x:x:x:x:x:x:x do livro N. 310 x:x:x:x:x de registro de óbito,

foi lavrado o assento de ""CLARA GOVATISKI"" x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

do sexo FEMININO x:x:x:x:x:x:x:x cor BRANCA x:x:x:x:x:x x:x:x x:x:x x:x:x x:x:x x:x:x x:x:x

x:x:x:x:x:x:x AGOSTO x:x:x:x:x:x de 1.983 ( MIL NOVECENTOS E OITENTA E  
TRES. x:x:x:x:x:x:x:x DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS. x:x:x:x:x:x:x:x

no(a) :RUA: HOSPITAL EVANGELICO, NESTA CAPITAL. x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

com 48 ANOS DE IDADE x:x:x:x:x:x:x:x:x profissão

natural DESTE ESTADO. x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x residente

em 48 ANOS DE IDADE x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

ESTA CAPITAL. Que era filha de: FRANCISCO OTIKA e dona ANGELICA ZGODA @  
OTIKA, Que era casada com JOSE ANTONIO GOVATISKI, de cujo matrimônio -  
deixou filhos. Que não deixou testamento e nem bens. x:x:x:x:x

::

::

Foi declarante: DILSON MACHADO. x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

o atestado firmado pelo Doutor HUI S. ALMEIDA. x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x sendo que  
deu como causa da morte FALENCIA VENTRICULAR ESQUERDA - LESÃO VALVULAR AORTICA

:IN: MOLESTIA REUMATICA. x:x:x:x:x:x

o sepultamento vai (foi) para o cemitério ABRANCHES, NESTA CAPITAL. x:x:x:x:x

OBSERVAÇÕES: PARA FINS EXCLUSIVOS DE SEPULTAMENTO x:x:x:x:x

::

::

Curitiba 11 de AGOSTO x:x:x:x:x 3

Cartório só se responsabiliza pela original



**TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

|  |                             |   |                            |
|--|-----------------------------|---|----------------------------|
| PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO: 20230316.1412.10440    |                             |   |                            |
| NOME DO CLIENTE: LEONEL FURQUIM GOVATISKI        |                             |   |                            |
| RG: 1360047604                                   |                             | CPF/CNPJ: 104009989 - 04                    |                            |
| DATA DE NASCIMENTO: 12/11/1999                   |                             | NOME DA MÃE: MARIA DE JESUS FURQUIM GOVATIS |                            |
| ENDEREÇO: R PROF IRENE COLODEL DA CRUZ           |                             |   | Nº: 00530                  |
| BAIRRO: PARAISO                                  | QUADRA: L                   | LOTE 006                                    |                            |
| ENTRE RUAS:                                      |                             |   |                            |
| CEP: 83512-120                                   | CIDADE: ALMIRANTE TAMANDARE |   |                            |
| TELEFONE:  | CELULAR: 41 997745233       |   |                            |
| Autoriza SMS: ( )S ( )N                          | e-mail:                     |   | Autoriza e-mail: ( )S ( )N |
| CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 12 PARCELAS DE R\$ 17,89 |                             |   |                            |
| DEZESSETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS *****  |                             |   |                            |

O cliente acima qualificado esta de acordo com as seguintes condições:

- I) Responsabiliza-se pela demarcação do local onde será instalada a ligação de água, a qual será executada de acordo com os padrões da ligação utilizados pela Sanepar.
- II) O prazo para execução da ligação de água, desde que todas as condições estejam atendidas e não existam outros impedimentos, como a necessidade de ampliação de rede ou de autorização para travessia, será de 10(dez) dias úteis, contados a partir desta solicitação.
- III) A execução da ligação de água pela Sanepar não implica em reconhecimento por parte do poder público do direito de posse ou de propriedade do imóvel, conforme Art.30 Parágrafo 2 da Resolução 003/2020 - AGEPAR - Regulamento dos Serviços Básicos de Saneamento do Paraná ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo.
- IV) Deve garantir o livre acesso, sendo vedado impedir o ingresso, inclusive com obstáculos, a medição do consumo, a remoção do hidrometro ou do padrão de ligação, conforme art. 14 e art. 101 da Resolução 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal venha a substituí-lo.
- V) Caso impeça livre acesso, após 3(tres) ciclos de faturamento consecutivos, a Sanepar poderá, sem prejuízo ao disposto no item II do Art.142, arbitrar consumos para o ciclo de faturamento, nos termos do Art. 103 da Resolução 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo.
- VI) A guarda e conservação da ligação e do hidrometro são de inteira responsabilidade do cliente e qualquer dano causado aos componentes do cavalete (tubos, conexões, registro, lacres, hidrometro, etc.) ou, em caso de furto, os custos de regularização, bem como as demais medidas aplicáveis, ocorrerão às expensas do cliente. Caso seja apresentado o Boletim de Ocorrência, não haverá cobrança pelo serviço de recomposição dos componentes.
- VII) De acordo com o item IV do Art.10 da Resolução 003/2022 - AGEPAR, ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo, é vedado o uso de dispositivos na instalação predial de água, como bombas de sucção, eliminadores de ar, que de qualquer modo possam interferir no funcionamento normal da rede de abastecimento.



VIII) Toda unidade de consumo devera contar com o reservatorio predial de agua com capacidade de, no minimo 500(quinhetos) litros, sendo que o volume total de agua a ser reservado para uso domestico deve ser o necessario para 24(vinte e quatro) horas de consumo em condicoes normais na edificacao, conforme padrao estabelecido pela Associacao Brasileira de Normas Tecnicas - ABNT NBR 5626, Artigos 186, 187 e 188 do Decreto Estadual 5711/2002, e Art 27 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outros instrumentos que venham a substitui-lo.

IX) O cliente e responsavel pela limpeza desinfeccao previa da instalacao de agua e do reservatorio predial com uma periodicidade minima de 06(seis) meses, conforme Art 27 Paragrafo 1 da Resolucao 003/2020 - Agepar ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

X) Observada a presao minima exigida, quando nao for possivel o abastecimento direto de imoveis ligados a rede publica, o cliente se responsabilizara pela construçao, operacao e manutencao do reservatorio inferior ou cisterna e dos equipamentos necessarios a viabilizar o seu consumo de agua, obedecidas as especificacoes tecnicas do prestador de servico e da ABNT, conforme Art. 27 Paragrafo 2 e 3 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XI) Declara estar ciente que, em caso de condominios verticais, a implantacao das unidades de consumo ocorrera conforme a ocupacao dos imoveis, devendo ocorrer a implantacao da totalidade das unidades de consumo no prazo de ate 180(cento e oitenta) dias contados a partir desta solicitacao, nos termos do Art. 118 Paragrafo unico da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XII) A execucao da ligacao de agua esta condicionada a observancia das instalacoes hidraulicas da unidade de consumo, a legislacao, as normas da ABNT, do IMMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, do IPEM - Instituto de Pesos e Medidas, e as resolucoes da Agencia Reguladora, conforme Art. 30 Paragrafo 1, II da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

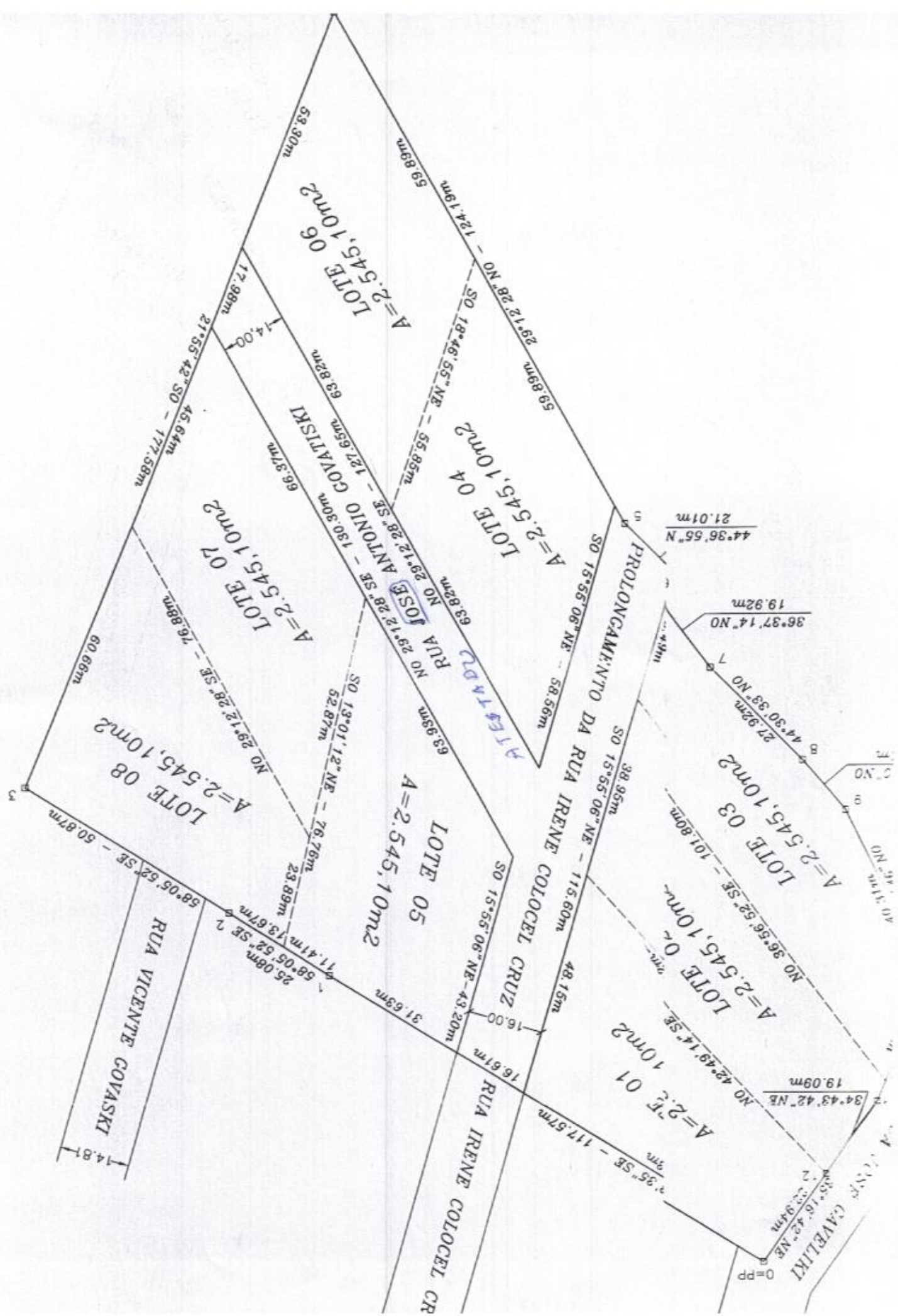
XIII) Os danos causados pela intervencao indevida do cliente nas redes publicas e no ramal predial de agua serao reparados pela Sanepar, as expensas do cliente, sem prejuizo as penalidades previstas em Lei, conforme Art. 47 Paragrafo 2 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XIV) O cliente, assim que constatar rompimento ou violacao dos lacres, do padrao de ligacao de agua ou do hidrometro, devera informar a Sanepar, sob pena de ser responsabilizado nos termos do Capitulo 14 Art. 100 Paragrafo 2 da Resolucao 003/2020-AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XV) Efetuar o pagamento mensal pelo servico de abastecimento de agua ate a data de vencimento da respectiva conta, de acordo com as tarifas vigentes conforme estabelecido no Art. 30 Paragrafo 1, inciso III da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XVI) A conta nao quitada ate a data do seu vencimento sofrera acrescimo de juros de mora de 0,033%(zero virgula zero trinta e tres por cento) por dia de atraso ate a data de pagamento, sem prejuizo da atualizacao monetaria com base na variacao do Indice Nacional de Precos ao Consumidor amplo(IPCA) ou de outro indice que o substitua e da aplicacao de multa de 2%(dois por cento), conforme Art. 125 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR. Duvidas eventuais sobre a conta nao serao aceitas como motivo de suspensao do pagamento, devendo ser









Aos 02 dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de legislação, justiça e redação na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 031/2023, de autoria do Poder Legislativo Municipal assinado pelo excelentíssimo senhor vereador Denys Moraes com a seguinte sumula: "Dá denominação de logradouro público que se especifica". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

Paulão  
Presidente

Rodrigo Pavoni  
Vice-Presidente

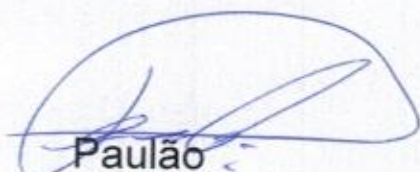
Denys Moraes  
Membro




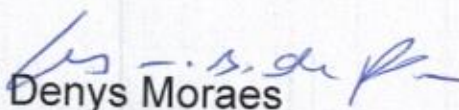
## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos 02 dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de legislação, justiça e redação na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 031/2023, de autoria do Poder Legislativo Municipal assinado pelo excelentíssimo senhor vereador Denys Moraes com a seguinte sumula: "Dá denominação de logradouro público que se especifica". Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

  
Paulão  
Presidente

  
Rodrigo Pavoni  
Vice-Presidente

  
Denys Moraes  
Membro